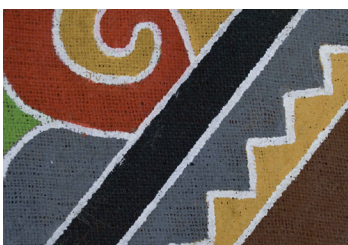


LIAMES



LÍNGUAS INDÍGENAS AMERICANAS

17(2)

LIAMES	Campinas	17(2)	p. 215-509	2017
--------	----------	-------	------------	------

Revista LIAMES

UNICAMP/IEL-Setor de Publicações
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571
13083-859 - Campinas - SP - BRASIL
Fone/Fax.: (19) 3521 1528
e-mail: spublic@iel.unicamp.br
<http://www.iel.unicamp.br/>

Linguas Indígenas Americanas. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Estudos da Linguagem. – Campinas, SP, n.1 (2001–2014).

Periodicidade semestral, Anual até 2014.
e-ISSN 2177-7160 (online).
ISSN 1678-0531 (impressa).
Publicação do IEL/Departamento de Linguística.

1. Línguas indígenas - Periódicos. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Linguística.

CDD 498.05

Indexada em / Indexed in:

CSA/Sociological Abstracts (USA), MLA - International Bibliography (USA),
CCL - Current Contents Linguistik, Bibliographie Linguistique/Linguistic Bibliography, Linguistics
and Language Behavior Abstracts, ULRICH'S International Periodicals Directory,
Latindex, Infoling.org, Seer.ibict, Diadorim.ibict, EZB - Electronic Journals Library, Google
Scholar - Diretório Acadêmico do Google, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
(RCAAP), EBSCO, GALE - Cengage Learning.

PEDE-SE PERMUTA / Exchange requested / Se solicita canje /
Wir bitten um Austausch / On demande l'échange / Si chiede lo scambio



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor: MARCELO KNOBEL

Vice-Reitor: TERESA ATVARS

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Diretor: FLÁVIO RIBEIRO DE OLIVEIRA

Diretor Associado: JEFFERSON CANO

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Coordenador: PAULO SÉRGIO DE VASCONCELLOS

EQUIPE EDITORIAL

ESMERALDO A. SANTOS – NIVALDO ALVES

PROJETO GRÁFICO e ARTE-FINAL de CAPA

(SP-IEL)

CAPA: PROJETO

CÉLIA HARUMI SEKI

ILUSTRAÇÃO

BRUNO CIRO DO NASCIMENTO

SUMÁRIO

Apresentação	219
Roberto Gomes Camacho Erotilde Goreti Pezatti	
Dossiê	
Roberto Gomes Camacho	223
Erotilde Goreti Pezatti Danytiele Cristina Fernandes de Paula Carolina Cau Sposito Ribeiro de Abreu Transparência Linguística	
Aliana Lopes Câmara	241
Talita Storti Garcia Norma Barbosa Novaes-Marques Gabriela Oliveira-Codinhoto Erotilde Goreti Pezatti Quantificação em línguas indígenas do Brasil	
Danytiele Cristina Fernandes de Paula Carolina Cau Sposito Ribeiro de Abreu A transparência na expressão da quantificação nas línguas indígenas das famílias Tupi-Guarani e Maku	263

Jocely Catarina Stassi-Sé	283
Michel Gustavo Fontes	
Transparência e opacidade nos sistemas de negação sentencial em línguas indígenas brasileiras	
Ana Maria Paulino Comparini	307
Lisângela Aparecida Guiraldelli	
Edson Rosa Francisco de Souza	
Referência cruzada e concordância oracional no estudo de transparência e opacidade em línguas indígenas do Brasil	
Marize Mattos Dall Aglio-Hattner	341
George Henrique Nagamura	
Beatriz Gouveia Garcia Parra	
O papel das relações gramaticais na análise da transparência e da opacidade em línguas indígenas do Brasil	
Edson Rosa Francisco de Souza	363
Paulo Henrique Silva Pereira de Felipe	
As relações de escopo entre tempo e aspecto em línguas indígenas da família Pano	
Roberto Gomes Camacho	389
Amanda D'Alarme Gimenez	
Nominalização e classe de palavras em línguas indígenas do Brasil: uma perspectiva tipológica	
Documentos	
Henri Ramirez;	411
Valdir Vegini;	
Maria Cristina Victorino de França	
O warázu do Guaporé (tupi-guarani): primeira descrição linguística	
Lista dos pareceristas associados e ad-hoc da	507
LIAMES 17 (1/2)-2017	

APRESENTAÇÃO

No artigo “A linguística indígena no Brasil” publicado na revista *D.E.L.T.A* em 1999 (15 (número especial): 257-290), Seki afirma que a Linguística Indígena ainda não conseguiu integrar-se satisfatoriamente às demais áreas da Linguística no Brasil, seja em termos de objeto de estudos, seja em termos do corpo de especialistas, seja em termos institucionais. A linguística brasileira, por seu lado, ainda não compreendeu a relevância do conhecimento das línguas não indo-europeias para a formação do linguista e para a constituição da ciência, uma vez que os resultados da investigação das línguas indígenas são em geral ignorados pelos especialistas de outras subáreas.

O conjunto de oito trabalhos enfileirados neste número da *Liames*, de natureza tipológico-funcional, tem a pretensão de erigir pelo menos um pilar dessa ponte necessária entre descrição funcional e linguística indígena, mediante a análise da relação de transparência e opacidade entre forma e conteúdo. Esse tema, diga-se de passagem, serve bem a esse propósito, não só por ocupar um lugar proeminente na tipologia, mas também por permitir comprovar o grau de adequação tipológica do modelo adotado, o da Gramática Discursivo-Funcional.

O exercício tipológico, praticado por todos os trabalhos, tem também a clara pretensão política de contribuir para a preservação dessas línguas, sempre em perigo de extinção. O pressuposto de pelo menos seis contribuições é o de que a língua em análise é transparente, na medida em que o fenômeno em discussão (concordância de número, concordância de pessoa, concordância de negação e relações gramaticais) apresenta uma relação biunívoca entre forma e significado; caso contrário é opaca.

Os artigos têm, em geral, dupla ou múltipla coautoria. Isso se deve ao fato de serem o resultado do projeto de pesquisa *Transparência e opacidade nas línguas indígenas do Brasil*, desenvolvido em equipe pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF-CNPq), sediado no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas do Câmpus de São José do Rio Preto da UNESP.

Desde 2014, o GPGF vem-se debruçando sobre o tema, preferindo aplicá-lo à análise de uma amostra total de vinte línguas indígenas do Brasil, já descritas em gramáticas e teses, que contemplam a inserção em doze diferentes famílias, uma diversidade que constitui um dos pré-requisitos necessários da pesquisa tipológica. Apesar de predominar, não é absoluta a unidade temática voltada para a exploração de opacidade e transparência, já que dois artigos se desviam desse tema, aplicando-se, um deles, à análise das relações entre tempo e aspecto e o outro, à análise das relações entre a nominalização, como uma construção relativa, e a presença ou ausência da categoria de adjetivo.

Por outro lado, o único traço que os trabalhos compartilham com os da Linguística Indígena é a natureza da amostra, cujas línguas foram selecionadas a partir da acessibilidade de gramáticas descritivas aos fenômenos pesquisados. É verdade também que nem todos os trabalhos incidem sobre as mesmas línguas, já que os autores preferiram operar uma seleção com base no grau de precisão com que as respectivas gramáticas apresentam o fenômeno investigado. Isso posto, convidamos, agora, o leitor, a percorrer as contribuições.

Muito apropriadamente, logo na abertura, Camacho, Pezatti, Paula e Abreu desenvolvem o tema principal deste número, fornecendo as bases teóricas em que se assenta o princípio de transparência em oposição ao de opacidade, em comparação com os conceitos afins de isomorfismo e iconicidade.

Logo em seguida, dois trabalhos abraçam o fenômeno da marcação de quantidade em duas diferentes famílias de línguas. O artigo sobre concordância e acordo de número, desenvolvido a dez mãos por Câmara, Garcia, Novaes-Marques, Oliveira-Codinhoto e Pezatti, investiga a expressão da quantificação em um conjunto de quatorze línguas indígenas do Brasil, para demonstrar que, se há, por um lado, línguas que se restringem ao subsistema do acordo de número, entendido como cópia sintagmática da categoria no nível morfossintático, há, por outro, línguas que dispõem apenas de concordância de número, ou seja, marcação simultânea por meios lexicais e gramaticais. Essas constatações levam as autoras a postular que o que se tem denominado “pluralidade” envolve, na verdade, duas informações distintas, uma específica, e outra não-específica, o que as leva à generalização de não haver redundância nessa situação, mas duas informações diferentes codificadas de forma distinta.

Essa generalização explanatória é retomada por Paula e Abreu no artigo seguinte, que trata do mesmo assunto, aplicado, porém, a línguas das famílias tupi-guarani e maku. Com base no mesmo pressuposto de que se exprime a noção de quantificação de duas formas, uma específica e outra não-específica, o trabalho reitera as conclusões do artigo precedente, mostrando que as línguas da família tupi-guarani são transparentes por indicarem apenas uma única vez a quantidade. Já nas línguas da família maku pode haver tanto marcação simples de plural, quanto marcação dupla. Em caso de marcação dupla, exprime-se lexicalmente a quantificação específica, e gramaticalmente, a não específica, reforçando a proposta de Câmara et al. (neste número) a respeito da transparência na expressão das duas formas de quantificação.

Stassi-Sé e Fontes tratam, no quarto artigo, do sistema de negação sentencial em nove línguas indígenas brasileiras, com o objetivo de sistematizar aspectos gramaticais que indiquem a transparência ou a opacidade dessas línguas no emprego das diferentes estratégias de negação, além de correlacionar o respectivo tipo morfológico com as estratégias de negação.

O quinto trabalho, de Comparini, Guiraldelli e Souza, procura detectar a presença ou a ausência de co-ocorrência da marca de pessoa no verbo com a expressão pronominal do argumento sujeito e as relações de escopo entre os marcadores referenciais e os marcadores de concordância oracional com o objetivo de chegar às possíveis motivações funcionais ou formais que levam o argumento sujeito a ser expresso ora apenas pronominalmente ora com dupla marcação (pronomes e afixos).

O sexto artigo, de Dall’Aglio-Hattner, Nagamura e Parra, com o foco na relação gramatical de sujeito em termos das funções semânticas ativo e inativo, demonstra haver predominância de línguas opacas na amostra com base no fato de que se neutraliza a diferença de função semântica na codificação morfossintática, restando apenas uma única língua que codifica ativo e inativo com marcas diferentes. Esse artigo encerra os trabalhos voltados para a relação entre transparência e opacidade.

No sétimo artigo, Souza e Pereira de Felipe tratam das relações entre tempo e aspecto em línguas da família pano, procurando detectar como essas categorias são morfossintaticamente codificadas, com o objetivo específico de determinar a existência de uma possível escala de relevância e acessibilidade de tempo e aspecto em relação ao predicado verbal.

Fechando o número, Camacho e Gimenez examinam a modificação mediante a relação entre nominalização e classe de palavras, procurando bases para comprovar a hipótese de que as línguas que carecem de adjetivos como classe lexical se valem de nominalização como estratégia de relativização, ao passo que as línguas que dispõem de adjetivos em seu léxico tendem a construir orações relativas por meio de outras estratégias.

Para encerrar, vale a pena lembrar nesta apresentação o que diz Seki (1999, p. 258) sobre o processo de extinção de línguas indígenas, ao mencionar que, atualmente, ainda se falam no Brasil aproximadamente cento e oitenta idiomas, quadro extremamente grave em comparação com o fato de que, desde que os portugueses aportaram nas terras brasileiras, mais de mil já se perderam, sem que haja um estudo sequer que dê uma notícia de sua organização e de seu funcionamento.

Como um agravante, lê-se, no número 936 (25.1.2017) da revista *Carta Capital*, que uma portaria do Ministério da Justiça modificou o sistema de demarcação de línguas indígenas em vigor desde os anos 90. A portaria incorpora teses da chamada bancada ruralista, entre as quais a revisão da possibilidade de “reparação” aos indígenas no caso de “perda de área”. Sugestivamente, a nota é encabeçada pelo título “Para os índios, apito”.

Em função desse tipo de política, dificilmente trabalhos de descrição, como os que aqui se apresentam, podem constituir uma peça de resistência. No entanto, como destaca Seki, em outro artigo de 2000, “Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI” na revista *Impulso* (12 (27): 233-256), o estudo de línguas indígenas apresenta duas contribuições fundamentais: a científica e a social. Do ponto de vista científico, é fundamental compreender a natureza e a diversidade das línguas, confirmando hipóteses e explicando fenômenos até então desconsiderados. Já do ponto de vista social, trabalhar com línguas minoritárias é também contribuir para sua preservação e/ou revitalização.

Isso posto, se considerarmos que as descrições deste número dão alguma visibilidade às línguas analisadas, temos a esperança também de que possam iluminar indiretamente a vida sociocultural dos povos que as falam como um mecanismo auxiliar de resistência a políticas malfadadas de ocupação de terra e, por extensão, como mecanismo auxiliar de proteção contra qualquer possibilidade futura de extinção dos povos que as falam.

Roberto Gomes Camacho;
Erotilde Goreti Pezatti
(Câmpus de São José do Rio Preto - UNESP)